

"Vantagens para Portugal na redacção final do Tratado" in Diário Popular (12 Junho 1985)

Source: Hemeroteca Municipal de Lisboa, Lisboa, R. São Pedro de Alcântara, n°3 - 1250-237 Lisboa (Portugal).

Diário Popular. 12.06.1985, n° 14714 - Ano 43. Lisbonne.

Copyright: (c) Diário Popular

URL:

[http://www.cvce.eu/obj/"vantagens_para_portugal_na_redacao_final_do_tratado"_in_diario_popular_12_junho_1985-pt-b03ce46b-b12b-4f61-ac14-ed17089d743b.html](http://www.cvce.eu/obj/)

Publication date: 19/09/2012

António Marta garante

Vantagens para Portugal na redacção final do Tratado

O presidente da Comissão de Integração Europeia, António Marta, disse à Anop que «foram conseguidas importantes vantagens para Portugal na reunião da comissão de redacção do tratado de adesão à CEE».

António Marta negou que Portugal tenha cedido em toda a linha e afirmou que, «pelo contrário, os pontos acordados salvaguardam os interesses portugueses».

No que se refere à inclusão das viaturas japonesas no protocolo automóvel, António Marta declarou que «foi Portugal que a pediu, uma vez que existe no País uma indústria de montagem de automóveis que desapareceria se esse ponto ficasse bloqueado».

Quanto à participação de Portugal no montante compensatório para o Reino Unido já no próximo ano, «faz parte das regras comunitárias» — afirmou o presidente da Comissão de Integração Europeia.

António Marta declarou que «a viabilização e uma fábrica de açúcar de beterraba em Portugal foi uma reivindicação dos próprios refinadores portugueses, pois actualmente apenas existe uma fábrica de açúcar de beterraba nos Açores».

«Conseguimos que a fixação do preço do açúcar de beterraba só se faça quando houver produção no continente, pois o preço dos Açores não é o mais conveniente. Assim, será o Governo Central a marcar o preço do açúcar.»

O presidente da Comissão de Integração Europeia sublinhou ainda ter sido Portugal quem pediu que só em 1995 venha a assumir a presidência das Comunidades, pois «trata-se de uma estrutura pesadíssima, sendo contra os interesses portugueses vir a assumi-la mais cedo».

No que se refere aos preços agrícolas, António Marta disse que «os preços portugueses são superiores aos comunitários, pelo que se acordou num congelamento em ecus, que vai permitir que os preços portugueses, depois da adesão, aumentem em escudos, devido à taxa de depreciação do escudo relativamente ao ecu».

«Ficaram satisfeitas as reivindicações da delegação portuguesa e de organizações representativas de agricultores portugueses, como a CAP» — sublinhou António Marta.

«Quanto aos montantes compensatórios que Portugal não pagará durante cinco anos, ficou prevista a possibilidade de alargar o prazo por mais dois anos, no caso dos cereais», disse o presidente da Comissão de Integração Europeia.

António Marta referiu-se ainda ao problema das ajudas comunitárias, afirmando que «ficou estabelecido no tratado que se as ajudas prestadas pela Comunidade distorcerem a concorrência, Portugal levantará o problema no Conselho».